

mudar a



vida

publicação do graal

24.

FEVEREIRO/MARÇO 1980

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos

NECESSIDADES BÁSICAS

Fala-se hoje de «necessidades básicas» como num elemento fundamental na definição das estratégias de desenvolvimento.

O 1.º Congresso da Associação Mundial de Prospectiva Social, reunido em Dakar, em Janeiro último, debruçou-se sobre o tema, insistindo particularmente sobre o carácter contextual ou situado das necessidades de cada grupo social, face à tendência niveladora do processo de industrialização.

Embora nos pareça que essa perspectiva não valoriza suficientemente o carácter premente e prioritário da resposta às necessidades dos mais desfavorecidos, consideramos que a chamada de atenção feita em Dakar é oportuna e interpeladora, pelo que escolhemos publicar neste número de «Mudar-a-Vida» alguns excertos de intervenções realizadas durante aquela Conferência.

Os textos utilizados foram-nos cedidos pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, que se fez representar na Conferência de Dakar.



GÉNESE DO CONCEITO

A noção de desenvolvimento surge ainda, com frequência, exclusivamente associada aos países do terceiro mundo no sentido de que devem «recuperar o seu atraso» em relação ao ocidente, considerado como modelo a seguir. A estratégia de desenvolvimento dos anos 60, baseada sobre o crescimento económico, explica-se numa tal perspectiva.

A década de 70 veio revelar que as estratégias clássicas de desenvolvimento, nomeadamente as que se baseiam no modelo capitalista, não conduziram à diminuição do número de pobres. Foi nesse contexto que diversas instituições e investigadores individuais, entre os anos 75 e 76, propuseram fazer figurar na planificação do desenvolvimento um objectivo prioritário: **a satisfação das necessidades básicas.**

Tal formulação põe-nos imediatamente uma questão: que entendemos por necessidades básicas? Do debate que se poderá gerar em torno desta pergunta, reteremos, essencialmente, o seguinte: a necessidade não se reduz de modo algum à fisiologia; é modelada

NECESSIDADES BÁSICAS

pela tradição, pelo meio técnico-cultural e pelo meio natural. Por isso a satisfação das necessidades é fortemente determinada pelos recursos disponíveis e pelas percepções individuais e colectivas dos membros de uma comunidade dada.

A resposta às necessidades está, pois, profundamente ligada ao poder político que, num espaço e num tempo precisos, se esforça por articular e dar coerência às necessidades dos vários grupos que se reconhecem como fazendo parte de um todo. Assim, as necessidades individuais e as necessidades colectivas, que se determinam reciprocamente, devem ordenar-se no seio de uma sociedade política capaz de oferecer a todos os seus membros a possibilidade de se realizarem plenamente, tanto no plano material como no plano espiritual. Neste sentido a noção de necessidades básicas aplica-se a todos os povos, incluindo os chamados países industrializados.

Documento introdutório

IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES

As ciências sociais, em conjunto com outras disciplinas, trouxeram à luz o conceito de **necessidade**, sob os aspectos económicos, sociológicos e psicológicos.

Actualmente, reconhece-se que existe uma dialéctica estreita entre o desejo e as necessidades, que estas decorrem da subjectividade e que a percepção de uma carência está sujeita a variações consideráveis, segundo as sociedades e as épocas.

São estas dimensões sociais que geram a plasticidade das necessidades no que se refere, por um lado, à situação social dos indivíduos e dos grupos e, por outro lado, às exigências do poder.

De um modo geral, reconhece-se hoje, simultaneamente, a permanência e a estabilidade das necessidades e a sua transformação sob a influência de circunstâncias diversas.

Admite-se que é possível criar necessidades artificiais (através da moda, da publicidade, etc.), que existe umnexo estreito entre as necessidades dos indivíduos e as possibilidades de que dispõem numa estrutura social dada, e que as necessidades se organizam umas em relação às outras, em interacção mútua.

Temos, pois, que precaver-nos contra a tentação de utilizarmos, na identificação de necessidades, critérios simplistas que não tomem suficientemente em linha de conta os aspectos sociais e as situações sócio-culturais específicas das populações a que se referem.

O controlo social das necessidades, portanto, necessariamente, pelo reconhecimento do direito que cada um dos membros de um grupo tem de dispor daquilo que, nesse grupo, é considerado como socialmente necessário.

Para desempenhar os papéis que, em virtude do seu estatuto, lhe são atribuídos (ou que ele próprio se atribui em função de modelos e de valores de outros grupos de referência), o indivíduo ou o grupo são levados a reivindicar a posse de bens ou o acesso a

serviços que decorrem da sua posição ou das suas intenções.

A satisfação das necessidades é sempre, nesta óptica, mais ou menos simbólica e ultrapassa largamente a resposta a carências antecipadamente calculadas através de indicadores globais. Daí que, numa óptica social que se proponha o verdadeiro domínio do homem sobre a sua existência, é fundamental que sejam os próprios indivíduos ou grupos a definir quais as necessidades cuja satisfação consideram necessária.

O carácter relativo, específico e sempre evolutivo das necessidades não impede, porém, que lhe sejam aplicados esforços de sistematização tipológica. Assim, a «Conferência mundial tripartida sobre o emprego, a repartição dos rendimentos, o progresso social e a divisão do trabalho» — Genebra, Junho 1976 — organizada pela OIT, propôs como base para a futura estratégia do desenvolvimento a satisfação das necessidades humanas consideradas essenciais.

Segundo esta concepção, consideram-se necessidades básicas tanto as necessidades de ordem material (nutrição, vestuário, habitação) como as de ordem não material (educação, ciência, cultura e comunicação), bem como o acesso universal aos serviços de base.

Uma estratégia do desenvolvimento baseada sobre a satisfação destas necessidades repousaria, assim, sobre três instrumentos fundamentais, os quais implicariam, aliás, revisões bastante radicais das políticas sócio-económicas prevaletentes na maior parte dos países:

1. o acesso ao emprego produtivo, como meio de resposta às necessidades, através de uma remuneração adequada;
2. a criação das infra-estruturas necessárias à produção dos bens e serviços essenciais;
3. a participação das populações na tomada de decisão, na detecção das necessidades, na aplicação das políticas e na execução dos projectos.

Rudolfo Stavenhagen

OFÍCIO DE VIVER

5.30: levanta-se e arranja-se; 5.45: acorda a filha, prepara-lhe o pequeno almoço; 6.00: desce a escada, leva a filha à carrinha, chega a esperar na rua quase meia-hora; 6.30: volta para cima, acorda o marido, acorda o filho mais novo, veste-o, arranja-o; 6.40: sai de casa, faz um quarto de hora a pé, com o filho ao colo, até ao comboio; 6.55: apanha o comboio, depois o autocarro, chega à fábrica, vai pôr o bebé à creche; 8.00: começa a trabalhar na máquina; 12.30: tem uma hora de intervalo, almoça na cantina; 13.30: retoma o trabalho na máquina; 17.30: larga o trabalho, vai buscar o filho à creche, tenta apanhar o comboio das 17.45. Muitas vezes não consegue,

tem que esperar três quartos de hora pelo próximo.

Chega a casa por volta das 19.00, vai buscar a filha a uma vizinha, adianta o jantar, dá banho ao bebé, lava a menina... Acaba o jantar, lava a louça, arruma a cozinha, passa a ferro, trata das roupas de todos para o dia seguinte. Quando se deita, é quase meia-noite ou mais. Muitas vezes não dorme, porque o filho é doente, e precisa dos seus cuidados durante a noite.

Tem 26 anos, é operária, chama-se Maria Garcia. Nunca conheceu outra vida.

in «Diário de Notícias»
9/3/1980

NECESSIDADES E NECESSIDADE

Foi Ivan Illich que me fez pensar pela primeira vez na diferença que existe entre as expressões «ter necessidades» e «ter necessidade».

A utilização da palavra como um substantivo plural — «as necessidades» — reflecte uma realidade exterior ao homem e definida, sobretudo nas sociedades industrializadas, por profissionais ou publicitários. Essas «necessidades» são frequentemente impostas ao homem como imperativos de consumo, cujo fundamento real se encontra, antes de mais, nas aspirações expansionistas das estruturas económicas, burocráticas ou profissionais. É nesse sentido que hoje se fala das necessidades dos cidadãos em matéria de tempos livres, em matéria de serviços profissionais ou em matéria de transportes. Essas «necessidades» começam por ser formuladas por profissionais ou especialistas na matéria e são em seguida impostas ao comum dos mortais, quer pelas normas legais que orientam o consumo, quer pelas astúcias, igualmente eficazes, da publicidade.

Por oposição a este conteúdo, a expressão «ter necessidade» reflecte uma percepção espontânea, integrada, natural de uma verdadeira carência humana. Quando se tem fome, diz-se, espontaneamente «tenho fome» ou «tenho necessidade de comer». Não faz sentido dizer «tenho necessidades alimentares». Só os peritos ou os profissionais interessados em vender o seu produto utilizarão esse tipo de linguagem.

Em suma, quando se fala de «necessidades», sobretudo nas sociedades industrializadas, corre-se o risco de cair na ratoeira do consumo de necessidades artificialmente criadas. É por essa razão que é importante tentarmos ter presente o que são as realidades fundamentais de que o homem tem verdadeiramente necessidade.

OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS DE UMA POLÍTICA SOCIAL

Em minha opinião, a necessidade fundamental do homem, a que melhor responde à sua condição de ser vivo e ser pensante, é a necessidade de desenvolver ao máximo as suas capacidades físicas e mentais. Qualquer influência exterior que impeça o homem de se realizar enquanto homem equivale a destruir uma parte dele mesmo. Do mesmo modo, qualquer decisão ou comportamento pessoal que vá no sentido de uma diminuição do eu, dum regressão, ou mesmo de uma recusa ao crescimento e desenvolvimento pessoal, reflecte uma alienação do homem em relação à sua natureza e finalidade essenciais.

É a partir desta visão que se pode propôr como objectivo de base de uma política social o proporcionar a cada indivíduo a possibilidade de desenvolver ao máximo as suas capacidades físicas e mentais. Por outras palavras, uma política social baseada sobre o homem e sobre as suas aspirações essenciais deverá conduzir a que o homem **possa** e **queira** desenvolver adequadamente as suas aptidões.

Os verbos **poder** e **querer** traduzem, aliás, os dois eixos sobre os quais se deve apoiar uma política social.

Para que o homem **possa** desenvolver-se, é preciso garantir-lhe um **ambiente** favorável, um ambiente que proteja os seus direitos e liberdades fundamentais, um ambiente que lhe ofereça um acesso equitável aos recursos da sociedade e que garanta aos mais fracos e desfavorecidos o nível de bem estar a que têm direito.

Simultaneamente, para que o homem **queira** desenvolver-se é preciso que possua a motivação, o equilíbrio e a lucidez de espírito que lhe permitam tomar decisões e conduzir-se de modo a procurar a sua realização e o desabrochar das suas capacidades. Isto pode parecer evidente, mas não é. As influências que assaltam o homem nas sociedades chamadas modernas incitam-no, muitas vezes, não ao desenvolvimento mas à destruição, ou pelo menos à passividade que o leva a deixar-se conduzir pelos acontecimentos. Pensemos no abuso do álcool e das drogas, nos massacres colectivos nas estradas, no embrutecimento através dos meios de comunicação, da publicidade e dos divertimentos passivos, no abandono aos regimes superprotectores de segurança social... Aí nos confrontamos com comportamentos destruidores, regressivos ou disfuncionais que são a antítese do desenvolvimento do homem.

No desenvolvimento social não há nada que substitua o dinamismo gerado pelo motor de base que são a **capacidade** e a **vontade** de realização pessoal. Por isso, uma política social que se queira justa e sã terá que visar um justo equilíbrio entre a acção ao nível do ambiente e a acção ao nível do indivíduo.

NECESSIDADES BÁSICAS E CRENÇAS RELIGIOSAS

Vale a pena comparar o orçamento da viticultura em França, Espanha ou Itália, países católicos e latinos, com o dos países do Islão (com excepção da Argélia). Vale a pena comparar as 30 000 toneladas de carne de porco importadas livremente entre os países da CEE com o lugar correspondente no orçamento da Índia das vacas sagradas... Perguntemo-nos o que se passaria nos EUA quanto à previsão da venda de carros se certas seitas, como a dos Amish — pacifistas absolutos e anti-modernistas, que proibem o uso de carros — se convertessem, subitamente, como já aconteceu com outras coisas, na última moda, de uma costa à outra do continente.

É evidente que a religião é o que determina variações mais impressionantes na escala das «necessidades». Citarei dois exemplos contrastados, um ilustrando o extremo da sofreguidão universal, o outro o extremo da sobriedade ascética — extremos a que pode conduzir a necessidade espiritual, segundo é conduzida como divinização imperialista ou, pelo contrário, como oblação altruísta do eu.



O primeiro exemplo é tirado de uma lenda da antiga Rússia e foi-me contado um dia pelo escritor exilado Alexis Remizov: a lenda da Grande Baleia.

Era uma vez uma grande baleia que os habitantes de uma aldeia tinham apanhado viva e de quem gostavam muito. A baleia tinha fome. Os aldeões foram buscar tudo o que encontraram e deram-lhe a comer. Ela comeu tudo e disse que ainda tinha fome. Não tendo mais nada a dar-lhe, transportaram-na a uma aldeia vizinha, muito mais rica. Aí, numa praça pública, trouxeram-lhe quantidades enormes de comida. Ela comeu tudo e disse que ainda tinha fome, tanta fome como antes ou ainda mais.

A gente da aldeia queria conservar a baleia, gostava dela, mas não sabia como satisfazê-la. Por fim, perguntaram-lhe: «Que tens?». Ela respondeu: «Tenho fome». Eles retorquiram-lhe: «Já te demos toda a alimentação que temos». Ela voltou: «Mesmo que me tivésseis dado cem vezes ou mil vezes mais ainda teria fome». Eles perguntaram-lhe então: «Que queres tu, afinal?». E ela disse, por fim: «Quero Deus!».

A esta lenda da fome insaciável oporei a história verídica da sobriedade miraculosa do único santo suíço, Nicolau de Flueli, que viveu no século XV e foi canonizado em 1946.

Nicolau de Flueli, homem livre da Suíça primitiva, tinha sido guerreiro na sua juventude, depois juiz, depois camponês e pai de dez filhos. Com a idade de 50 anos, retirou-se do mundo, instalou um ermitério nos Alpes para se entregar à oração e à vida contemplativa e deixou de comer durante 20 anos, até à morte. Os espiões enviados por um bispo desconfiado nunca o conseguiram surpreender a comer: talvez selvagens nem a roer raízes. Pela sua imensa autoridade espiritual, Nicolau de Flueli conseguiu impedir uma guerra civil e é hoje o santo protector da actual Confederação Helvética.

O contraste entre a lenda russa e a história suíça torna patente que a religião tanto se pode apoiar em

ideologias messiánicas do poder associadas à satisfação de necessidades ilimitadas, como em comportamentos de apagamento do eu e de serviço do próximo onde as necessidades são praticamente inexistentes, ou melhor, mudam de natureza.

Dir-me-ão que tudo isto é muito bonito, mas não ajuda a resolver problemas urgentes e concretos como as necessidades energéticas do mundo industrializado e as necessidades alimentares do Terceiro Mundo. A este «realismo» de clichés, que ignora a natureza do homem e o elemento verdadeiramente **concreto** de todos os nossos problemas, a realidade contemporânea opõe o exemplo da revolução chiita, no Irão.

Tal como tive ocasião de escrever em Fevereiro de 1979: «O que se está a passar no Irão é um ponto de viragem da História dos tempos modernos. Trata-se do primeiro exemplo de rejeição, no sentido médico do termo, do modelo industrial ocidental por todo um povo do Terceiro Mundo. Essa rejeição dá-se em prejuízo dos interesses imediatos desse povo e com desprezo pelo «nível de vida» que lhe era prometido; recusa-se a modernização que o soberano magnanimamente pretende impôr «para bem do povo» e por puro «amor ao progresso».

Ao constatar a confusão dos governantes e dos peritos ocidentais face a esta conduta «irracional» sou hoje levado a acrescentar: eles não se dão conta de que há no homem necessidades que não obedecem aos cálculos da publicidade e às previsões do **marketing**.

Enquanto a maioria dos povos do Terceiro Mundo parecem aceitar, sem recalcitrar, o que os seus dirigentes, formados pelos colonizadores ocidentais ou soviéticos, lhes fazem crer que eles desejam, no Irão manifesta-se uma resistência totalmente imprevista pelos peritos e não calculada pelos computadores: uma resistência puramente humana, especificamente humana, quero dizer: religiosa.

Denis Rougemont

PROCURAI PRIMEIRO...

Em verdade vos digo: não vos preocupeis com a vossa vida, com o que comereis, nem com o vosso corpo, com o que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o alimento e o corpo mais do que o vestuário?

Olhai as aves do céu: não semeiam nem ceifam nem armazenam nos celeiros mas o vosso pai celeste as alimenta. Não valeis vós muito mais do que elas?

E por que vos inquietais com o que haveis de vestir? Vêde como crescem os lírios do campo: não trabalham nem fiam. E, no entanto, nem o

próprio Salomão, no auge da sua glória, se vestiu como um deles. Se Deus veste assim a erva dos campos que hoje cresce e amanhã será lançada ao fogo quanto mais a vós, homens de pouca fé?

Não vos inquieteis nem digais: Que comeremos? Que beberemos? Com que nos vestiremos? São os pagãos que se preocupam com tudo isso. O vosso pai celeste conhece as vossas necessidades. Procurai primeiro o reino de Deus e a sua justiça e tudo o mais vos será dado por acréscimo.

Mateus, 6/25-34

Publicação mensal. Assinatura anual: 100\$00; estrangeiro 180\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Al. S.^{to} António dos Capuchos, 6, 2.^o-A — 1100 Lisboa. Comp. e impressão: Silvas-Coop. de Trab. Gráficos, scarl.